



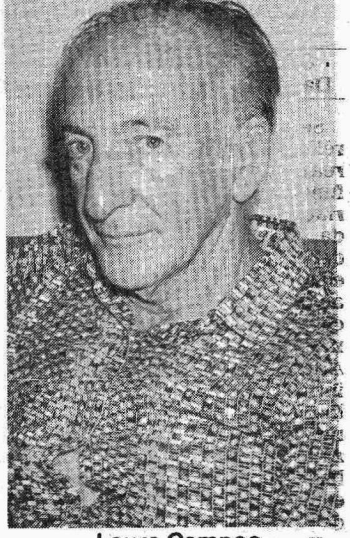
Rocha Azevedo



Antônio Ermírio



Petrônio Portella



Lauro Campos

Desestabilização causa temor nos empresários

84

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O medo de que a economia venha a sofrer no curto prazo um rápido processo de desestabilização, cresce de forma generalizada entre os empresários, trabalhadores, economistas e as próprias autoridades, em face da aceleração da inflação nos dois últimos meses e das dificuldades crescentes que o Governo está enfrentando para conter o déficit público na casa dos 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Na última quarta-feira, depois de entrevistar-se com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Carlos Eduardo Rocha Azevedo, declarou que a escalada inflacionária está levando empresários a se preocuparem menos com a produção de suas empresas e mais com o processo especulativo, ao qual estão condicionados.

Lembrou o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, que, ao final do trabalho, no dia-a-dia, os empresários paulistas se reúnem nos restaurantes de São Paulo para trocar idéias, e o assunto é um só: a rentabilidade do overnight. Ninguém conversa sobre outra coisa. A generalização dessa preocupação, destacou Azevedo, indica que algum fato extraordinário está por acontecer, porque não é possível conviver com esse estado de coisas por muito tempo.

O Brasil vive, atualmente, segundo o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, o medo de que haja, a qualquer instante, o estouro do mercado financeiro. As preocupações de Rocha Azevedo foram externadas perante diversos jornalistas, quando teceu considerações sobre sua fortuna pessoal. Disse ele que não se considera um dos homens mais ricos de São Paulo, mas admitiu ter muito dinheiro e estar, neste momento de grande especulação financeira e perplexidade, beneficiando-se da escalada especulativa gerada pela inflação ascendente. Ao mesmo tempo, esclareceu, teme que o que acumulou venha a ser dilapidado rapidamente pela voragem inflacionária, que pode promover a quebra geral. O patrimônio das empresas está se desgastando velozmente cada trimestre, disse, graças à inflação e à ausência de investimentos. Estes não se realizam por duas razões: primeiro, porque o Governo não dispõe de poupança nenhuma, ou seja, deixou de ser o carro-chefe da economia depois de ter-se sucumbido pela dívida externa e o seu reflexo direto, a dívida interna; e, segundo, porque a poupança externa, os empréstimos dos bancos, desapareceram, em virtude do risco que o País passou a repre-

sentar para o mercado financeiro internacional. E por isso, destacou Rocha Azevedo, que se o Governo baixasse um decreto congelando preços e salários não colheria nenhum resultado positivo. "o choque não passaria de um traque, porque não haveria a correspondência e a contrapartida dos investimentos para dinamizar a economia em face do aumento da demanda que a decisão provocaria", comentou.

URGÊNCIA

Não são apenas os profissionais do mercado financeiro que estão alarmados com o aumento da dívida pública interna. Os empresários, igualmente, estão apreensivos. Na última reunião da Confederação Nacional da Indústria (CNI), convocada para tomada de posição dos empresários em relação às decisões da Constituinte no campo econômico-financeiro, o presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, disse que está chegando o momento de definição política quanto à dívida pública interna.

A rolagem desta dívida, disse, é uma eterna ciranda que já

enriqueceu e continua enriquecendo uma minoria dentro do País. Antônio Ermírio considerou indispensável e urgente que o Governo dê um basta à especulação com a dívida pública interna, pois caso contrário a economia entrará em parafuso, brevemente. A solução para ela, segundo o empresário, tem que ser traumática porque o Governo esgotou todas as possibilidades de continuar a financiá-la a altas taxas de juros, sem comprometer a economia, lançando o País numa recessão sem fim.

Os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, consideram totalmente inviável a decretação de uma moratória para resolver o endividamento interno. A lógica dos dois ministros é outra. Para eles, a especulação financeira é produzida pelo descontrole do déficit, a causa básica da inflação. A dívida pública interna é efeito, ela cresce porque ele está fora de itro'. Por isso, o Governo é obrigado a emitir papel para financiá-lo, elevando as taxas de juros. Controlando o déficit, estará controlando, auto-

maticamente tanto a dívida pública quanto a inflação.

Esse diagnóstico, no entanto, começa a ser contestado dentro do próprio Ministério da Fazenda. Na última quarta-feira, o secretário-geral da Fazenda, Paulo César Ximenes, considerou a inflação, no momento, o principal inimigo do déficit, e não o déficit o principal inimigo da inflação. Para ele, o déficit está sob controle no que tange à contenção dos gastos do Governo, mas esse controle sofre, agora, a ameaça da inflação que superou a casa dos 24 por cento. Com inflação acima dos 20 por cento, a meta oficial de conter o déficit na casa dos 4 por cento do PIB, acertado com o FMI, estará comprometida.

Conforme Paulo César Ximenes o Governo executou adequadamente os cortes nos seus gastos. Se é a inflação que pressiona o déficit — de acordo com esse raciocínio — a decisão oficial adotada esta semana, de aumentar as taxas de juros, contribuirá para elevar adicionalmente o déficit, já que os juros altos conterão a demanda e o consumo interno reduzirá a arrecadação.